



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-0

Relatório da Administração - Exercício de 2012

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. Tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Com a finalidade de atingir o seu objeto social, a Companhia formalizou os seguintes instrumentos jurídicos no exercício de 2012:

- Instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras avenças com o Estado de São Paulo ("Contrato de Cessão");
- Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, subscrita pelo Estado de São Paulo ("Debêntures Subordinadas");
- Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Companhia Paulista de Securitização ("Debêntures");
- Instrumento particular de contrato

de promessa de cessão fiduciária e outras avenças com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Contrato de Cessão Fiduciária"); - Instrumento particular de cessão fiduciária de bens e ativos financeiros em garantia com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Contrato de Cessão de Ativos Financeiros"). Em 20 de abril de 2012 por meio do Contrato de Cessão, a CPSEC adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) no montante de R\$ 2.079.840.969. A liquidação se deu parte com recursos próprios da Companhia, parte com recursos captados através da integralização das debêntures com garantia real, e parte com a subscrição pelo Estado de São Paulo de debêntures subordinadas. A partir destes eventos, a Companhia entrou em fase operacional. Em 26 de Abril de 2012, o Estado de São Paulo subscreveu e integralizou 3.310.000 de ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 100, e valor de R\$ 331.000.000, em moeda corrente nacional, passando o capital subscrito e integralizado da Companhia a R\$ 335.000.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou lucro de R\$ 3.048.800, contra um prejuízo de R\$ 1.238.866 no exercício de findo em 31 de dezembro de 2011, conforme destacado nas Notas Explicativas. O Conselho de Administração da Companhia em sua quadragésima primeira reunião ordinária, realizada em 21 de março de 2013, aprovou a constituição de reserva legal no valor de R\$ 152.440, bem como a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 2.896.360, que representa 95% do lucro líquido e é equivalente a R\$ 0,86458507 por ação ordinária. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") é atualmente a empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia também contratou a Deloitte para prestação de serviços relacionados à obrigação assumida pela CPSEC na escritura das Debêntures de contratar auditoria independente para

verificar a consistência das informações periódicas encaminhadas ao agente fiduciário. Em atenção à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia adotou previamente procedimentos de verificação da existência de conflito de interesse, perda de independência ou de objetividade do auditor independente. Dentre os procedimentos adotados, verificou-se que o objeto pretendido era semelhante às rotinas utilizadas para emissão de relatórios circunstanciados elaborados por auditores para convalidar a integridade das demonstrações financeiras, e por consequência evidenciariam a efetividade dos controles e dos processos da Companhia. O objeto contratado consistiu na elaboração de três relatórios com periodicidade semestral, a partir do mês de novembro de 2012, intitulado de "Relatório dos Auditores Independentes de Procedimentos Previamente Acordados com as Constatações Factuais", e foi realizado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSC 4400. Os honorários foram de R\$ 54.498 e correspondem a 23,84% do valor total dos honorários relativos à prestação de serviços de auditoria e emissão de pareceres das demonstrações financeiras. A Deloitte declarou que os procedimentos previamente acordados limitaram-se a emissão de relatórios contendo as constatações factuais identificadas, e que não constituíram trabalho de auditoria ou revisão limitada, de modo a não interferir na independência e objetividade dos serviços de auditoria independente. O aditamento ao contrato com Deloitte para a prestação de serviços referidos nos parágrafos anteriores, foi celebrado em 25 de outubro de 2012 pelo prazo de 16 meses. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a CPSEC anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em reais R\$)

Ativo	Notas		Passivo	Notas	
	Explic.	2012		Explic.	2012
Circulante		371.570.330	Circulante		147.678.513
Caixa e Equivalentes de Caixa		61.012.184	Obrigações Sociais e Trabalhistas		106.468
Bancos	5	164.308	Obrigações Sociais		47.876
Aplicações Financeiras	5	60.847.876	Obrigações Trabalhistas		58.592
Contas a Receber		308.373.087	Fornecedores		26.930
Direitos Crditórios a Receber - PPI	6	326.356.698	Fornecedores		20.830
Ajuste a Valor Justo	6 e 12	(17.983.611)	Provisões para Pagamentos a Efetuar		6.100
Tributos a Recuperar		2.160.759	Obrigações Fiscais		49.591
Tributos Correntes a Recuperar	7	2.160.759	Obrigações Fiscais Federais		49.591
Outros Ativos Circulantes		24.300	Debêntures	9	144.086.083
Despesas do Exercício Seguinte		24.300	Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão		145.860.517
			(-) Custo de Emissão de Debêntures		(1.774.434)
Não Circulante		1.253.816.856	Outras Obrigações		3.409.441
Tributos Diferidos		44.145.356	Valores Transitórios a Pagar	13	2.563.362
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	44.145.356	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14	762.200
Tributos a Recuperar		-	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		83.879
Contas a Receber		1.209.649.974	Não Circulante		1.229.361.009
Adiantamento a Terceiros		-	Debêntures		1.229.361.009
Direitos Crditórios a Receber - PPI	6	1.208.978.249	Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	9	371.205.468
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	6	256.997.501	(-) Custo de Emissão de Debêntures	9	(2.122.776)
Ajuste a Valor Justo	6 e 12	(256.325.776)	Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	10	1.004.748.421
Ativo Permanente		21.526	Ajuste a Valor Justo	10 e 12	(144.470.104)
Imobilizado		21.526	Patrimônio Líquido	14	248.347.663
Bens Móveis		11.335	Capital Integralizado		335.000.000
Outras Imobilizações		14.510	Reserva Legal		152.440
(-) Depreciação Acumulada		(4.319)	Reserva Especial		2.134.160
			Lucros (Prejuízos) Acumulados		(3.245.011)
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	(85.693.926)
Total do Ativo		1.625.387.186	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.625.387.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em reais R\$)

	Capital		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
	Integralizado	Reserva Legal	Reserva Especial	Patrimonial	Acumulados				
Saldos em 01 de janeiro de 2012	4.000.000	-	-	-	(2.163.215)	1.836.785			1.836.785
Integralização de capital	331.000.000	-	-	-	-	331.000.000	-	-	331.000.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(86.775.722)	-	(86.775.722)	-	-	(86.775.722)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	3.048.800	3.048.800	-	-	3.048.800
Reserva Legal	-	152.440	-	-	(152.440)	-	-	-	-
Amortização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.081.796	(1.081.796)	-	-	-	-
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	(762.200)	(762.200)	-	-	(762.200)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	2.134.160	-	(2.134.160)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	335.000.000	152.440	2.134.160	(85.693.926)	(3.245.011)	248.347.663			248.347.663
Saldos em 01 de janeiro de 2011	2.000.000	-	-	-	(924.452)	1.075.548			1.075.548
Integralização de capital	2.000.000	-	-	-	-	2.000.000	-	-	2.000.000
Lucro (Prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	(1.238.763)	(1.238.763)	-	-	(1.238.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.000.000	-	-	-	(2.163.215)	1.836.785			1.836.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em Reais R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas		Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades Operacionais	Notas	
	Explic.	2012		Explic.	2012
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	14	3.048.800	(271.186.547)	(1.182.097)	
Depreciação		2.986	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ajuste a Valor Justo		(1.081.796)	Aquisição de Imobilizado		(25.845)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado do Exercício		1.969.990	Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(25.845)
(Aumento) em Direitos Crditórios a Receber - PPI - Circulante	6	(326.356.698)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(Aumento) em Tributos a Recuperar		(2.118.871)	Aumento de Capital	1	331.000.000
Redução em Adiantamento a Terceiros		800.000	Integralização de Capital		2.000.000
(Aumento) em Despesas do Exercício Seguinte		(24.300)	Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		331.000.000
(Aumento) em Direitos Crditórios a Receber - PPI - Não Circulante	6	(204.248.311)	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		59.813.453
(Aumento) em Direitos Creditórios PPI Rompidos - Não Circulante	6	(256.997.501)	Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	5	1.198.731
Aumento em Debêntures - Circulante	9	144.086.083	Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	5	61.012.184
Aumento (redução) em Fornecedores		16.930	Transações que não Envolveram Caixa ou Equivalentes de Caixa		1.198.731
Aumento em Contas a Pagar		21.695	Pagamento de PPI com Debêntures Subordinadas	1/10/21	1.153.752.571
Aumento em Outras Obrigações	13	2.581.745	Amortização de debêntures subordinadas	18/21	156.454.119
Aumento em Debêntures - Não Circulante	9	369.082.691			
Varição de ativos e passivos		(273.156.537)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São

Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A CPSEC é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários

- CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Com a finalidade de atingir o seu objeto social, em 1º de março de 2012, a Companhia formalizou os seguintes instrumentos jurídicos para a aquisição de direitos de titularidade do Estado de São Paulo: • Celebrou a Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia Paulista de Securitização ("Debêntures"). • Celebrou com o Estado de São Paulo o Instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras avenças ("Contrato de Cessão"). • Celebrou com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o Instrumento particular de cessão fiduciária de bens e ativos financeiros em garantia ("Contrato de Cessão de Ativos Financeiros"). A

Continua

CPSEC, por meio de Contrato de Cessão, adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, Direitos Creditórios originários do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) no montante de R\$ 2.079.840.969, a valores de 1º de março de 2012. Em Reunião Ordinária realizada em 13 de Abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a taxa de juros de 2,90% a.a., a ser acrescido à taxa DI, via coleta de manifestações de interesse ("bookbuilding"), e o volume financeiro na data de emissão de R\$ 600.000.000, para a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação ("Debêntures"). A liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 27 de Abril de 2012, quando a Companhia captou R\$ 611.447.677. Em 20 de abril de 2012, em razão da aprovação das condições de colocação das Debêntures, o Estado de São Paulo subscreveu 10.479 Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, em Série Única da Companhia ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571, e integralizou por meio da cessão de Direitos Creditórios do PPI. Em 26 de Abril de 2012, o Estado de São Paulo subscreveu e integralizou 3.310.000 de ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 100, e valor de R\$ 331.000.000, em moeda corrente nacional, passando o capital subscrito e integralizado da Companhia a R\$ 335.000.000. A partir da liquidação financeira das Debêntures, da Subscrição das Debêntures Subordinadas e da celebração com o Estado dos Termos de Cessão de Direitos Creditórios, bem como da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios ao Agente Fiduciário, a Companhia entrou em fase operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o lucro auferido foi de R\$ 3.048.800, e decorreu principalmente da receita operacional auferida em razão da atualização dos Direitos Creditórios, na parte correspondente ao pagamento em moeda corrente, entre a data de celebração do Contrato de Cessão e a data do efetivo pagamento do Termo de Cessão. Do lucro líquido registrado no exercício de 2012, no montante de R\$ 3.048.800, a Administração propôs a constituição de reserva legal no valor de R\$ 152.440, e a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.896.360, equivalente a R\$ 0,86458507 por ação ordinária. **2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras. **a)** Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. **b)** Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **c)** Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 12. **Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2013. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Moeda estrangeira:** No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. **c) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. • Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando do caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações: Imóveis em uso - edificações 25 anos Móveis e utensílios 10 anos Equipamentos de comunicação 5 anos Sistemas de processamento de dados 5 anos Sistemas de transporte 5 anos Outros componentes 5 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido

perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **f) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **h) Apuração do resultado:** A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros dos Direitos Creditórios e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada pelo montante de juros e atualização monetária das Debêntures, bem como demais despesas vinculadas à emissão dessas Debêntures. As receitas e despesas de juros dos Direitos Creditórios e a atualização monetária das Debêntures são apropriadas ao resultado com base nas taxas de juros efetivas das operações. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. **j) Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **4. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revisadas:** A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10, 11 e 12; 27R e IAS 28R	Normas novas ou revisadas - tratamento contábil de consolidação, envolvimento em acordos conjuntos e divulgação de envolvimento com outras entidades.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19	A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

	2012	2011
Bancos	164.308	275
Aplicações em fundos de investimento (*)	60.847.876	1.198.456
Total	61.012.184	1.198.731

(*) Relação das aplicações e saldos em fundos de investimento: (i) Conta de fundo de amortização das Debêntures com Garantia Real - BB CP Corp. 10 Milhões no valor de R\$ 51.745.111. (ii) Conta movimento da Companhia - BB CP Corp. 10 Milhões no valor de R\$ 9.102.765. As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. **6. Direitos Creditórios:** Representam os valores dos Direitos Creditórios dos PPI (Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS) ativos. Esses Direitos Creditórios têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato e, dessa forma, caracterizam-se como recebíveis. A segregação do estoque dos Direitos Creditórios, conforme prazo de realização está demonstrado abaixo:

	Carteira de Recebíveis	
Classificação	Saldo devedor	
Até 12 meses	326.356.697	
Até 24 meses	307.382.337	
Até 48 meses	604.352.469	
Até 60 meses	240.192.206	
Após 60 meses	57.051.237	
Total	1.535.334.947	
PPI rompido (1)	256.997.501	
Ajuste a Valor Justo (2)	(274.309.386)	
Total	1.518.023.062	

(1) Referem-se a créditos vencidos e não recebidos que serão compensados com as debêntures subordinadas e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo. (2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações do período, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo.

	2012	2011
Tributos a compensar (a)	2.160.759	41.888
Despesas do exercício seguinte (b)	24.300	-
Adiantamento a fornecedores (c)	-	800.000
Total	2.185.059	841.888

(a) O total de tributos a compensar compreende R\$ 577.160 de imposto de renda retido sobre aplicações financeiras, e R\$ 1.046.461 de IRPJ e R\$ 537.138 de CSLL decorrentes de antecipações no exercício. (b) Despesas do exercício seguinte referem-se a valores contabilizados de apólice de seguros D&O de 19 de abril de 2012, com vigência de 1 (um) ano e prêmio no valor de R\$ 81.000, sendo a despesa apropriada quando incorrida (o seguro de D&O, directors & officers, foi contratado pela Companhia em nome de seus executivos, voltado a cobrir custos de defesa legal e indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações relacionadas às suas atividades na Companhia). (c) Adiantamento a fornecedores (Processo de emissão de debêntures). Em razão da efetivação da operação, o valor de adiantamento a fornecedores foi integralmente transferido para a rubrica de custos de transação a apropriar, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 08 em seu capítulo de contabilização dos custos de transação de captação de recursos, em razão da efetivação da operação.

	2012		2011	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total
Instalações	10	11.335	(1.562)	9.773
Software	5	7.950	(2.385)	5.565
Benefetorias em imóveis de terceiros	4	6.560	(372)	6.188
Total		25.845	(4.319)	21.526

	2012	2011
Movimentação no período		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.512	
Depreciação	(2.986)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.526	

9. Debêntures com Garantia Real: Referem-se a operação de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de emissão da própria Companhia. A Debênture é um título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em Direitos Creditórios e constitui promessa de pagamento em dinheiro. Em 1º de março de 2012, a Companhia emitiu 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação no valor unitário de R\$ 500.000, com vencimento final em 29 de fevereiro de 2016 e remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP no Informativo Diário, capitalizada do "Spread" de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, expressa em 252 dias úteis, definido em processo de "bookbuilding", tendo sua liquidação financeira ocorrido em 27 de abril de 2012, com a captação de R\$ 611.447.677. A totalidade das Debêntures emitidas apresenta as seguintes características em 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2012
Quantidade emitida:	1.200
Valor de emissão em 01/03/2012:	R\$ 600.000.000
Valor de subscrição em 27/04/2012:	R\$ 611.447.677
Valor atualizado em 31/12/2012:	R\$ 517.065.986
"Spread":	2,90% ao ano
Taxa efetiva (*):	DI + 3,33% ao ano
Indexador utilizado:	100% DI
Periodicidade de indexação:	diária e anual
Prazo médio de vencimento:	48 meses

(* Apropriadas as despesas de estruturação e distribuição, a taxa efetiva de captação alcança 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) ao ano, acrescido a 100% (cem por cento) da taxa DI. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 das Debêntures com Garantia Real líquido dos custos de transação é R\$ 513.168.776. Vide abaixo a composição das Debêntures com Garantia Real por data de vencimento:

	Debêntures com Garantia Real
Classificação	Saldo devedor
Até 12 meses	145.860.517
Até 24 meses	159.925.780
Até 48 meses	211.279.689
Total	517.065.986
Custos de transação a amortizar	(3.897.210)
Total	513.168.775

10. Debêntures Subordinadas: Em 30 de novembro de 2010, a Companhia emitiu 50.000 (cinquenta mil) debêntures subordinadas, simples, nominativas, não conversíveis em ações de emissão privada com valor unitário de R\$ 100.000, com vencimento 28 de fevereiro de 2025 com remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação mensal acumulada da taxa SELIC pelo regime de capitalização simples, incidente sobre o saldo do valor nominal não amortizada de cada debênture subordinada. Na forma prevista no Contrato de Cessão, foram subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo 10.479 Debêntures Subordinadas, com valor unitário de R\$ 110.101, por meio da celebração dos Boletins de Subscrição e Termos de Cessão, perfazendo um valor de R\$ 1.153.752.571. A totalidade das Debêntures Subordinadas emitidas apresenta as seguintes características: Quantidade subscrita: 10.479 Valor de subscrição em 01/03/2012: R\$ 1.153.752.571 Valor atualizado em 31/12/2012: R\$ 1.004.748.421 Prazo de vencimento em 31/12/2012: 148 meses Indexador utilizado: 100% da taxa SELIC Periodicidade de indexação: mensal

As Debêntures Subordinadas possuem vencimento em 28 de fevereiro de 2025, com liquidação obrigatória somente nessa data, razão pela qual o valor total está registrado no longo prazo. O saldo remanescente de 39.521 Debêntures Subordinadas não subscritas foram canceladas, conforme previsto em contrato. A partir de outubro de 2012, após a constituição do Fundo de Amortização, teve início a amortização antecipada das debêntures subordinadas, com a utilização das disponibilidades mensais de caixa da Emissora que estejam desvinculadas e livres para transferência. **11. Outras Obrigações e Contingências: Obrigações sociais e trabalhistas:** A Companhia remunera mensalmente diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais, e provisiona os valores relativos à gratificação anual e licença remunerada, conforme disposições internas. **Fornecedores:** Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados adquiridos no curso normal das atividades. **Provisão para pagamentos a efetuar:** Refere-se a provisões para pagamentos a efetuar de serviços de terceiros. **Passivos contingentes:** Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão ou divulgação contábil, requerida de acordo com o CPC 25. **12. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros:**

A Administração da CPSEC, em face da Deliberação CVM nº 604/09 que aprovou o CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R\$ 278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, reconheceu uma redução de R\$ 147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R\$ 44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R\$ 86.775.722. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 1.639.085, (R\$ 1.081.796 líquido dos efeitos tributários), referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 20 de abril de 2012, com efeitos a partir de 1º de março de 2012, no valor de R\$ 2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela de taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um spread de 0,5% a.a.. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 1.153.752.571, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização das Debêntures com Garantia Real. A aplicação da apuração do valor justo das Debêntures com Garantia Real, no montante de R\$ 611.447.677, foi nulo em função das taxas de emissão serem apuradas em processo de "bookbuilding" e contratadas com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. **Divulgação do valor justo de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012:** Em 31 de dezembro de 2012 o valor justo dos ativos e passivos se aproxima do valor contábil, em razão das aplicações financeiras serem consideradas como equivalentes de caixa e a operação dos direitos creditórios e a emissão de debêntures terem sido realizadas recentemente não tendo ocorrido nenhum evento que pudesse modificar significativamente o valor justo dos instrumentos. **Divulgação dos instrumentos financeiros por classe**

	Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros		
Aplicações Financeiras	61.012.184	Valor justo através resultado
Direitos Creditórios	1.518.023.061	Empréstimos e recebíveis
Passivos Financeiros		
Debêntures com Garantia Real	513.168.775	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Subordinadas	860.278.317	Outros passivos mensurados ao custo amortizado

Continua

13. Operações com Partes Relacionadas: Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios no montante de R\$ 2.079.840.969, a valores de 1º de março de 2012, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, assim como a subscrição de Debêntures Subordinadas no valor de R\$ 1.153.752.571, foram firmados com o Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2012, os direitos creditórios, recebidos por cessão do Estado de São Paulo montavam R\$ 1.792.332.447 e produziram receita de R\$ 94.962.705 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, enquanto as debêntures subordinadas montavam a R\$ 1.004.748.421 e produziram despesas de R\$ 50.161.332 no referido exercício. O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 0,03% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. **Outras obrigações:** Referem-se a valores transitórios devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 2.563.362. Em dezembro de 2012 foi restituído ao Estado de São Paulo o montante de R\$ 5.311.713 referente a valores recebidos pela Companhia até o mês de novembro de 2012, oriundos de PPI não securitizados. **14. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 4.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 40.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 335.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. **b) Lucro do Exercício:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o lucro auferido foi de R\$ 3.048.800, e decorreu principalmente da receita operacional auferida em razão da atualização dos Direitos Creditórios, na parte correspondente ao pagamento em moeda corrente, entre a data de celebração do Contrato de Cessão e a data do efetivo pagamento do Termo de Cessão. Do lucro líquido registrado no exercício de 2012, no montante de R\$ 3.048.800, a Administração propôs a constituição de reserva legal no valor de R\$ 152.440, e a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.896.360, equivalente a R\$ 0,86458507 por ação ordinária. **c) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos:** O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. A Administração propôs a constituição de reserva legal no valor de R\$ 152.440, bem como a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.896.360, que representa 95% do lucro líquido do exercício e é equivalente a R\$ 0,86458507 por ação ordinária. A distribuição de dividendos será submetida à Assembleia Geral para ratificação, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia e será destacada de forma segregada no balanço patrimonial da Companhia, sendo R\$ 762.200 na forma de dividendo mínimo obrigatório destacado no Passivo, e R\$ 2.134.160 na forma de dividendo adicional proposto destacado no Patrimônio Líquido. **e) Ajuste de avaliação patrimonial:** O ajuste de avaliação patrimonial se refere ao impacto do valor justo na mensuração inicial dos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa nº 12. **15. Remuneração dos Administradores:** A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano (13º salário). Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual, conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

Despesas trabalhistas e previdenciárias:	2012	2011
Honorários da diretoria e conselho	712.631	665.990
Salários	158.272	48.840
Férias e 13º salário	27.104	10.072
Licença remunerada	90.501	13.963
Gratificação anual	63.911	64.490
Despesa de INSS	243.099	202.344
Despesa de FGTS	56.511	44.526
Total de despesas	1.352.029	1.050.224

16. Imposto de Renda e Contribuição Social	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.204.140	(1.238.764)
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	(1.639.085)	-
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	2.565.055	(1.238.764)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	(735.528)	-
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.829.562	(1.238.764)
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	433.391	-
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	164.661	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste a Valor Justo	(557.288)	-

17. Gerenciamento de Riscos: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As

debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

	31/12/2012
Natureza do risco associado	Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco	
Caixa e Bancos	164.308
Aplicações Financeiras	60.847.876
Direitos Creditórios	
Mercado, liquidez e crédito operacional	1.535.334.947
Passivos expostos a risco	
Debêntures	
Liquidez, mercado e operacional	1.521.814.407

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia utilizou o nível 2 na determinação do valor justo na mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros mencionados na nota explicativa nº 12. **Estrutura do gerenciamento do risco:** A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, os créditos adquiridos estão garantidos por cobrança do cedente, assegurando a integridade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabela abaixo:

	Análise do Risco de Liquidez		
Prazo	Debêntures com Garantia Real	Debêntures Subordinadas	Outras obrigações
0 a 3 meses	36.523.943	42.410.984	2.563.362
3 a 6 meses	35.294.433	43.071.277	-
6 a 12 meses	74.042.141	81.686.353	-
1 a 3 anos	339.395.589	272.180.594	-
3 a 5 anos	31.809.880	508.540.950	-
Acima de 5 anos	-	56.858.263	-
Total	517.065.986	1.004.748.421	2.563.362

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 6. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o trimestre. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas

Parecer do Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 18 de março de 2013, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.
São Paulo, 20 de março de 2013

Pedro Pereira Benvenuto **Marcio Cury Abumussi** **Caio Augusto de Oliveira Casella**

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Paulista de Securitização - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma au-

ditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures Subordinadas e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Em relação às Debêntures com Garantia Real, suas condições se equivalem em indexadores e prazos aos contratos de recebíveis tomados como lastro para a sua Emissão, entretanto na composição de taxa apresentam um spread fixo adicionado ao seu indexador. Diante da impossibilidade contratual de recompra pela Companhia destas Debêntures, a ocorrência de cenários adversos tornam residuais os efeitos em quaisquer cenários econômicos. O cenário atual de expectativa de alta dos índices de preços e o consequente rompimento do teto da meta de inflação poderão conduzir o Banco Central a elevar a taxa básica de juros, o que pode acarretar em uma melhora no resultado líquido da Companhia, em razão da parcela pós-fixada entre os ativos e passivos.

Ativo	Saldo	Provável	Possível (i)	Cenários	
				Remoto (ii)	
	31/12/2012	7,50%	9,38%		11,25%
Aplicações Financeiras	60.847.876	65.411.467	66.552.364	67.693.262	
Direitos Creditórios (PPI)	1.792.332.447	1.878.364.404	1.899.872.394	1.921.380.383	
Total do Ativo	1.853.180.323	1.943.775.871	1.966.424.758	1.989.073.645	

Passivo	Saldo	Provável	Possível (i)	Cenários	
				Remoto (ii)	
	31/12/2012	7,50%	9,38%		11,25%
Debêntures					
Garantia Real	517.065.986	571.965.467	581.941.609	591.917.751	
Debêntures Subordinada	1.004.748.421	1.052.976.345	1.065.033.326	1.077.090.307	
Total do Passivo	1.521.814.407	1.624.941.812	1.646.974.935	1.669.008.058	

Variação	-	90.595.548	113.244.435	135.893.322	
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		(12.531.857)	(11.916.093)	(11.300.329)	
Resultado da Variação	-	-	615.764	1.231.528	

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável. (ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável (i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R\$ 615.764. (ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no de resultado líquido de R\$ 1.231.528. **18. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas:** O Contrato de Cessão estabeleceu a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios ou na hipótese de recebimento pelo Estado dos Direitos Creditórios cedidos. Coube ao Estado indenizar a CPSEC em R\$ 65.437.240, por conta do recebimento integral dos Direitos Creditórios no período compreendido entre 1º de março de 2012 e 27 de abril de 2012, por meio da amortização em montante equivalente de Debêntures Subordinadas de titularidade do Estado. Outro evento objeto de indenização à CPSEC está relacionado ao ajuste do critério de atualização incidente sobre as parcelas do PPI cedidas. Em função do entendimento da Procuradoria Geral do Estado (PGE), de que a atualização das parcelas do PPI deveria corresponder à variação acumulada da Taxa SELIC, o Procurador Geral do Estado orientou a PRODESP a tomar as providências necessárias à adequação do sistema de controle e pagamento do PPI, de modo que as parcelas vincendas de cada parcelamento passassem a refletir o valor resultante do acréscimo da variação acumulada da Taxa SELIC, desde a data de celebração de cada parcelamento, bem como da dedução nas parcelas vincendas das importâncias pagas a maior pelos contribuintes, acarretando assim, uma redução da base de PPI, cedida pelo Estado à CPSEC, da ordem de R\$ 89.897.267. Em dezembro de 2012 coube ao Estado indenizar a CPSEC o montante de R\$ 1.117.806, em virtude de diferenças líquidas apuradas referentes a valores não recebidos de pagamentos de parcelas ou não incorporados ao estoque dos Direitos Creditórios cedidos. A CPSEC utilizou-se da prerrogativa prevista no Contrato de Cessão de compensar os valores devidos ao Estado, na qualidade de titular das Debêntures Subordinadas, com os respectivos valores devidos pelo Estado em cada um destes eventos, cujo efeito no exercício de 2012 foi de R\$ 156.454.119. Após a constituição do Fundo de Amortização e dos pagamentos regulares das debêntures com garantia real, teve início, no quarto trimestre de 2012, a amortização antecipada das debêntures subordinadas, cujo montante alcançou R\$ 39.879.354. **19. Informação por Segmento:** A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, em securitizar Direitos Creditórios, do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI), do Estado de São Paulo, por meio de Contrato de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e base para tomada de decisões dos administradores. **20. Lucro Básico e Diluído por Ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2012	2011
Lucro Líquido/Prejuízo do período	3.048.800	(1.238.763)
Número de Ações durante o período	2.301.833	34.278
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	1,32451	(36,13898)

21. Transações que não impactaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa: • Emissão de debêntures subordinadas, no montante de R\$ 1.153.752.571, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. • Amortização de debêntures subordinadas, no montante de R\$ 156.454.119, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Conselho de Administração	
Andrea Sandro Calabi	Philippe Vedolim Duchateau
Jorge Luiz Avila da Silva	
Diretoria	
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente	
Max Freddy Frauendorf - Diretor de Gestão Corporativa	
Tomás Bruginiski de Paula - Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.	
Contador	
Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35	